

Eris vai ao FMI e o governo aceita pagar o Clube de Paris

por Cláudia Safatle
de Brasília

O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e o negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster, embarcam amanhã à noite para Washington, onde tentarão, junto à direção do Fundo Monetário Internacional (FMI), remover as resistências à aceitação da carta de intenções do governo brasileiro ao Fundo, sem que o País se comprometa a pagar, ainda que uma parcela, dos juros atrasados aos bancos comerciais credores do País. O governo brasileiro concordou, porém, em desembolsar algo como 25% dos atrasados ao Clube de Paris — instituição onde se negociam as dívidas contraidas entre governos.

Ontem, a ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello, anunciou o envio de Eris e Dauster à Washington, onde permanecerão na quinta e na sexta-feira, em contatos com o diretor gerente do FMI, Michel Camdessus. A ministra espera poder anunciar os termos da carta de intenções entre segunda e quarta-feira da próxima semana (entre os dias 10 e 12).



Zélia Cardoso de Mello

"As negociações com o Fundo avançaram muito nos dois últimos dias da missão técnica em Brasília, restaram alguns pontos a acertar e julgamos que seria interessante continuar os entendimentos através de contatos pessoais", esclareceu a ministra da Economia. Nas conversas de Eris e Jório Dauster com Camdessus, poderá ficar mais claro, também, por que o diretor-gerente da instituição concordou, em fins de julho, com a inclusão dos juros atrasados (cerca de US\$ 8 bilhões) aos bancos no bojo da negociação global, e

agora estaria recomendando algum pagamento aos credores privados.

PAGAMENTO

A ministra da Economia confirmou que um dos aspectos mais problemáticos da negociação com o Fundo se refere à questão dos pagamentos aos credores privados internacionais. Mas não é só isso. Atrás de uma exigência para que o País pague mais aos bancos privados do que permite a política fiscal do governo, estaria toda uma estratégia que acabaria, do ponto de vista do governo, estrangulando o plano de estabilização.

"Pagar a dívida externa com inflação ou recessão nós já aprendemos a fazer. Fizemos isso nos últimos anos. O que nós admitimos é pagar tudo o que nossa capacidade fiscal permitir", assinalou ontem a ministra da Economia. Ela quer, também, que essa não seja mais uma negociação e sim "a última negociação da dívida externa".

A ida de Eris e Dauster representaria, assim, uma decisão política do governo, de ampliar os contatos para além da missão técnica

do FMI, que ficou um mês em Brasília. Quando o secretário de política econômica, Antônio Kandir, esteve em Washington, em fins de julho passado, ouviu tanto de Camdessus quanto do subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, que ambos concordavam com a inclusão dos juros atrasados na negociação global com os bancos comerciais. Pouco depois, Mulford esteve em Brasília e transmitiu a ansiedade dos banqueiros internacionais, que nada recebem desde julho de 1989.

No desenrolar das negociações com os técnicos do FMI, ficou claro do porquê que não dá para quitar os débitos passados, na sua totalidade. Mas há uma razão política para o país se dispor a pagar algo ao Clube de Paris e resistir no tocante aos bancos privados. Motivo semelhante induziu o governo a fixar o cronograma do acordo externo, pela ordem, primeiro FMI, depois Clube de Paris, e, finalmente, os bancos: obter um aval, ter uma adesão maior dos governos, para, somente depois, sentar à mesa de negociação com os banqueiros internacionais.